

INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ

Edital 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	158146-INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ	ANTONIO LUIS OLIVEIRA DOS REIS	22/04/2026 15:08 (v 0.7)
Status ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23172.000094/2026-98

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90020/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

Instituto Federal do Piauí - Reitoria (158146)

OBJETO

Aquisição de materiais esportivos, educativos e utensílios para esportes diversos, mediante sistema de registro de preços.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.161.015,58

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **03/06/2026** às **09:00h** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item/grupo

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

(Processo Administrativo nº 23172.000094/2026-98)

Torna-se público que o Instituto Federal do Piauí, por meio do Departamento de Licitações da Reitoria, sediado(a) na Avenida Jânio Quadros, 330, Bairro Santa Isabel, Teresina/PI, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais esportivos, educativos e utensílios para esportes diversos, mediante sistema de registro de preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em item(s) e grupo(s), sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2.1. relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.2.2. relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os grupos 03 e 04, além dos itens 07, 08, 15, 24, 25, 26, 27, 28, 40 e 41 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora,

controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o total estabelecido no Termo de referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.12. Tendo sido adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão

observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.14. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 03 (três) horas, para:
- 9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.
- 9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://suap.ifpi.edu.br/processo_eletronico/visualizar_processo/36a3cc56-3e06-4d2d-a0d4-5786fd4b4bc6/.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@ifpi.edu.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://suap.ifpi.edu.br/processo_eletronico/visualizar_processo/36a3cc56-3e06-4d2d-a0d4-5786fd4b4bc6/.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.5. Anexo V –Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.6. Anexo VI – Termo de Ciência e concordância;

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO LUIS OLIVEIRA DOS REIS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 15:08:07.

INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ

Termo de Referência 34/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2026	158146-INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ	RICARDO BASILIO DE OLIVEIRA CALAND	05/03/2026 16:20 (v 0.3)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23172.000094/2026-98

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23172.000094/2026-98)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.Aquisição de materiais esportivos, educativos e utensílios para esportes diversos, mediante sistema de registro de preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1 Em caso de divergências na descrição técnica constante no Compras.Gov e as especificadas neste Termo, prevalecerão as últimas

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	V. UNIT (R\$)	QUANT.	V. TOTAL (R\$)
Grupo 3 - Tipo I	1	BOMBA DE AR COM TECNOLOGIA DUPLA AÇÃO - Descrição: Confeccionada com acrílico translúcido resistente, acompanha agulha e mangueira removível que garante o enchimento ideal de bolas e pneu de bicicleta. Dispõe também de uma bomba dupla ação que infla nos dois sentidos, tornando o enchimento muito mais rápido.	467415	Unidade	47,1400	70	3.299,80
		Alguns diferenciais técnicos: Conta com a tecnologia Double Action facilitando o enchimento e proporcionando agilidade durante o manuseio. Além disso, o produto acompanha duas agulhas e uma mangueira. Qualidade: Igual ou superior à bomba de ar Penalty Sac. Observações gerais: 1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca , o modelo e catálogo contendo as especificações técnicas completas do produto cotado. 2. Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por					

		<p>servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>3. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>					
	2	<p>REDE OFICIAL PARA VOLEIBOL</p> <p>Descrição:</p> <p>Rede de Vôlei Profissional indicada para torneios de vôlei, confeccionada com material de alta qualidade que garante jogos de alto nível. Confeccionada com polietileno 100% virgem e possuem tratamento Anti-UV, prolongando a durabilidade da rede em diversas condições; - Compatível com todos os postes de vôlei padrão. Deve possuir polietileno de alta densidade em sua composição, 4 faixas de lona sintéticas, argolas e fio de 2 milímetros.</p> <p>Especificações:</p> <p>Medidas: 10,00m de comprimento por 1,00m de altura.</p> <p>Fio: 2mm de polietileno, 100% virgem, com tratamento Anti-UV (contra as ações do tempo).</p> <p>Malha (Distância entre nós): 5cm; - Faixa: 4 Faixas de lona sintética impermeáveis na cor Branca.</p> <p>Cor da rede: Preta.</p> <p>Garantia: Contra defeitos de fabricação.</p> <p>Qualidade: Igual ou superior às fabricadas pela marca Gismar Redes Esportivas.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p>	399289	Unidade	174,0400	60	10.442,40

		3.Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almojarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.					
		REDE OFICIAL PARA FUTSAL Descrição: Rede oficial de futsal fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 3, 20 metros de comprimento por 2,20 metros de altura, tendo um recuo superior de 0,60 centímetros e inferior de 1 metro. Modelo Vêu de Noiva.colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Contém: 01 par. Especificações: Rede para Futsal. Medindo 3,20 de comprimento x 2,10 de altura. Peso de cada rede aprox. 1,100kg. Sem nó. Modelo Vêu de Noiva. Contém um par. Modelo colmeia /hexagonal, com 7cm cada lado. Recuo Superior máximo 0,60cm. Recuo inferior máximo de 1,0 metro. Fio Seda 4 milímetros. 100% Polipropileno (PP) - sem nós. Observações gerais: 1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca , o modelo e catálogo contendo as especificações técnicas completas do produto cotado. Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência. 2.As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços. 3. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almojarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no					
3		1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca , o modelo e catálogo contendo as especificações técnicas completas do produto cotado. Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência. 2.As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços. 3. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almojarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no	450354	Par	170,5800	60	10.234,80

	Termo de Referência					
4	<p>REDE OFICIAL PARA FUTEBOL DE CAMPO</p> <p>Descrição:</p> <p>Par de Rede para Trave de Gol Futebol de Campo Fio 2mm Tipo Vêu Nylon. Confeccionada com material de qualidade que proporciona resistência e durabilidade em ambientes internos e externos. Confeccionada com polietileno 100% virgem e possui tratamento Anti-UV, prolongando a durabilidade da rede em diversas condições.</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dimensões: 7,50m na largura, 2,50m de altura, 0,85m de recuo superior e 2,00m de recuo inferior; - Malha (Distância entre nós): 15x15cm; - Fio: Confeccionada com fio 2mm de polietileno de alta densidade - 100% virgem, com tratamento contra as ações do tempo (U.V); - Cor: Branca. Contém: - Par de redes para gol (2 peças); <p>Garantia: Contra defeitos de fabricação.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo contendo as especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>2. Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>3. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>4. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almojarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>	472017	Par	312,6200	20	6.252,40
5	<p>KIT PARA VÔLEI DE PRAIA (REDE MAIS MARCAÇÃO)</p> <p>Descrição:</p> <p>kit para vôlei de praia contendo uma rede oficial e o material para a marcação da areia (duas fitas de 8 metros, duas de 16 metros e 6 estacas).</p> <p>Medidas da rede:</p> <p>Largura: 8,5 m. Altura: 1 m. Malha: 10 x 10 cm. Fio: Espessura: 2 mm. Material: 100% PEAD (Polietileno de Alta Densidade). Fio trançado (oferece maior resistência e durabilidade).</p>	451545	Unidade	280,9700	32	8.991,04

	<p>Rede com 4 faixas de lona dublada com 4 costuras nas partes superior, inferior e laterais da rede para maior resistência. Ilhoses nas faixas laterais para facilitar a fixação da rede. Suporte para antenas incluído.</p> <p>Medidas da marcação:</p> <p>Largura: 5 cm. Comprimento: 8 e 16 m. Material: 100% Polipropileno. Ilhós nas extremidades e no centro das fitas maiores para fixação no solo com estacas. Estacas de ferro galvanizado (resistentes contra a corrosão ou ferrugem).</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo contendo as especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>3. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>					
6	<p>BOLSA ESPORTIVA PARA TRANSPORTE DE BOLAS</p> <p>Descrição:</p> <p>Saco resistente e robusto para transporte de bolas, concebido para que o treinador possa transportar até 8 bolas de tamanho 5, bem como pequenos acessórios. Contém sistema de abertura/fecho que permanece fechado em qualquer ocasião.</p> <p>O saco dispõe de uma bolsa exterior para que pode ser utilizada para transportar bomba, coletes, discos para treinos dentre outros acessórios.</p> <p>Qualidade: Igual ou superior às fabricadas pela marca KIPSTA.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo contendo as especificações técnicas completas do</p>	240869	Unidade	138,5000	160	22.160,00

		<p>produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>					
	7	<p>BOLA OFICIAL PARA FUTEBOL DE CAMPO</p> <p>Descrição:</p> <p>Bola de futebol de campo com camada de amortecimento interno, sem costuras, conta com a Câmara 6D composta por</p> <p>6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio durante as jogadas. Além disso, conta com uma estrutura de anéis internos, deixando o produto muito mais esférico, com ótimo balanceamento e resistência à retenção de ar, conta com a tecnologia Cápsula SIS, seu miolo é lubrificado e substituível, além de bico alongado que envolve a agulha impedindo que perfure a câmara de ar. Características:</p> <p>Peso: 410-450G; Circunferência: 68-70 cm; Gomos: 6; Laminado: PU; Construção: Ultra fusion; Câmara: 6D; Sistema de forro: Termofixo; Camada interna: Evacel; Processo extra: Dupla colagem; Miolo: Cápsula SIS.</p> <p>Qualidade: Igual ou superior à Bola Campo Penalty S11 R2 XXIII ou Modelo S11 Pró VII da Marca Penalty.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo contendo as especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da</p>	450241	Unidade	188,4500	100	18.845,00

		<p>emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almojarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>					
8		<p>BOLA OFICIAL PARA VÔLEI DE PRAIA</p> <p>Descrição:</p> <p>Bola desenvolvida com laminado em Microfibras proporcionando maior conforto na hora do saque, manchete e domínio. Com tecnologia Termotec, dupla camada de colagem e 0% absorção de água.</p> <p>Bola de vôlei de praia oficial homologada pela Federação Catarinense de Vôlei (FCV), Federação Paranaense de Vôlei (FPV) e Federações Paulista de Vôlei (FPV).</p> <p>Características:</p> <p>Laminado: Microfibras, Gomos: 12, Camada interna: Neogel, Miolo: Cápsula SIS, Tecnologia construção: Termotec, Peso: 260-280G, Circunferência: 66-68cm.</p> <p>Qualidade:</p> <p>Igual ou superior ao Modelo Bola Vôlei de Praia Penalty Pro X da Marca Penalty.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo contendo as especificações técnicas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>3. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almojarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>	258982	Unidade	359,7600	190	68.354,40

		<p>BOLA OFICIAL PARA BASQUETEBOL MASCULINO</p> <p>Descrição:</p> <p>Bola de Basquetebol Oficial, tamanho masculino, matrizada, confeccionada em microfibra de PU. Bola Oficial da Confederação Brasileira de Basquete (CBB) e aprovada pela Federação Internacional de Basquete (FIBA), com peso de 600 a 650 gramas, pressão de 7 a 9 libras, circunferência de 75 a 78 cm. Câmara Airbilty; Matrizada; Miolo Slip System Removível e lubrificado.</p> <p>Qualidade: Igual ou superior ao Modelo 7.5 Pró da Marca Penalty ou à Bola de basquete SPALDING TF-250 CBB.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>					
9			375638	Unidade	318,03	300	95.409,00
		<p>BOLA OFICIAL PARA BASQUETEBOL FEMININO</p> <p>Descrição:</p> <p>Bola de Basquete Oficial, tamanho feminino, matrizada, confeccionada em microfibra de PU. Bola Oficial da Confederação Brasileira de Basquete (CBB) e aprovada pela Federação Internacional de Basquete (FIBA), com peso de 510 a 565 gramas, pressão de 7 a 9 libras, e circunferência de 72 a 74 cm. Câmara Airbilty; Matrizada; Microfibra; Miolo Slip System removível e lubrificado.</p> <p>Qualidade: Igual ou superior ao Modelo 6.5 Pró da Marca Penalty ou à Bola de basquete SPALDING TF-250 CBB.</p> <p>Observações gerais</p>					
10			375639	Unidade	313,2800	300	93.984,00

		<p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca</p> <p>, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>					
	11	<p>BOLA OFICIAL PARA FUTSAL</p> <p>Descrição: Bola de Futsal oficialmente reconhecida pela Confederação Brasileira de Futebol de Salão (CBFS) e certificada pela FIFA, garantindo qualidade e confiabilidade dentro dos padrões internacionais.</p> <p>Possui alta resistência à abrasão e uma performance brilhante, proporcionando maior controle, conforto e resistência a absorção de água, permitindo ser utilizada em quadras cobertas e descobertas, até em condições climáticas adversas, como chuva, por exemplo.</p> <p>Benefícios:</p> <p>Maciez e conforto. Durabilidade. Zero absorção de água. Velocidade no jogo. Alguns diferenciais técnicos : Conta com um laminado de PU PRO e construção Termotec, que oferece durabilidade excepcional e um toque suave. Sua câmara 6D e sistema de forro Termofixo proporcionam uma resposta consistente em cada jogada. A camada interna Neotec e o processo extra de dupla colagem garantem a integridade da bola, enquanto o miolo com cápsula SIS mantém a pressão ideal.</p> <p>Características:</p> <p>Peso : 410-430g Circunferência : 62,5-63,5 cm Gomos : 14 Laminado : PU PRO Construção : Termotec Câmara :6D Sistema de Forro : Termofixo Camada Interna : Neotec Miolo : Cápsula SIS Processo Extra : Dupla Colagem.</p> <p>Qualidade: Igual ou superior à Bola De Futsal Penalty Max 1000 XXIV.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar,</p>	375635	Unidade	303,5600	600	182.136,00

		<p>obrigatoriamente, a marca</p> <p>, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência</p>					
	12	<p>BOLA OFICIAL PARA HANDEBOL FEMININO</p> <p>Descrição:</p> <p>Fabricada em PU macio ao toque, garantindo assim excelente conforto, aumentando também o Grip, maximizando a performance durante os jogos. Câmara é produzida em Látex com laminação têxtil, prevenindo que a mesma seja inflada excessivamente, aumentando a durabilidade e a vida útil do mesmo. O miolo por suavidade é removível, facilitando a manutenção. Com aproximadamente 54cm de circunferência e 325g (Tamanho 2), a bola conta com a aprovação da CBHB (Confederação Brasileira De Handebol) garantindo um produto de extrema qualidade para jogos e treinos.</p> <p>Qualidade: Igual ou superior à bola de handebol Kempa Spectrum Synergy Plus Oficial CBHB ou Modelo Suécia H2L Pro X da Marca Penalty.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca</p> <p>, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota</p>	450233	Unidade	323,5275	300	97.058,25

		<p>de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>					
	13	<p>BOLA OFICIAL PARA HANDEBOL MASCULINO</p> <p>Descrição:</p> <p>Fabricada em PU macio ao toque, garantindo assim excelente conforto, aumentando também o Grip, maximizando a performance durante os jogos. Câmara é produzida em Látex com laminação têxtil, prevenindo que a mesma seja inflada excessivamente, aumentando a durabilidade e a vida útil do mesmo. O miolo por sua vez é removível, facilitando a manutenção. Com aproximadamente 58cm de circunferência e 425g (Tamanho 3), a bola conta com a aprovação da CBHB (Confederação Brasileira De Handebol) garantindo um produto de extrema qualidade para jogos e treinos.</p> <p>Qualidade: Igual ou superior à bola de handebol Kempa Spectrum Synergy Plus Oficial CBHB ou Modelo Suécia H3L Pro X da Marca Penalty.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo contendo as especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>	450232	Unidade	341,4633	300	102.438,99

		BOLA OFICIAL PARA VOLEIBOL Descrição: A bola conta com laminado em Microfibr. Garantindo 0% de absorção de água, a 6.0 vai manter seu peso e velocidade até mesmo em partidas com condições climáticas adversas. Características: Peso: 260-280G, Circunferência: 65-67 cm, Gomos: 18, Laminado: Micofibra, Construção: Termotec, Câmara: 6D, Sistema de forro: Termofixo, Camada interna: Neogel, Processo extra: Dupla colagem, Miolo: Cápsula SIS. Qualidade: Igual ou superior ao Modelo 8.0 Pró da Marca Penalty. Observações gerais: 1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca , o modelo e catálogo contendo as especificações técnicas completas do produto cotado. Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços. 3. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.					
14			464735	Unidade	390,4640	600	234.278,40
		BOLA OFICIAL PARA FUTEBOL SOCIETY Descrição: produto é desenvolvido com laminado que auxilia no conforto e na maciez dos pés durante o toque, proporcionando excelente nível de performance nas jogadas. Possui camada interna em Evacel, dispondo de muito mais conforto e maciez ao diminuir os impactos. Além disso, a tecnologia Cápsula SIS, impossibilita que a agulha utilizada para fazer a manutenção da bola fure a câmara e prejudique a utilização Características: Peso: 420-450G, Circunferência: 66-69 cm, Gomos: 6, Laminado: PU, Construção: Ultra Fusion, Câmara: 6D, Sistema de forro: Termofixo, Camada interna: Evacel, Processo					
15			472016	Unidade	205,05	100	20.505,80

		<p>extra: Dupla colagem, Miolo: Cápsula SIS.</p> <p>Qualidade: Igual ou superior à bola Society Penalty S11 R2 XXIII.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas completasdo produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>					
Grupo 1	16	<p>KIT COM 10 COLETES ESPORTIVOS DUPLA FACE</p> <p>Descrição:</p> <p>Kit contendo 10 Coletes dupla face. Produzidos em cores distintas (azul e amarelo) e podendo ser usado em ambos os lados, confeccionados totalmente em poliéster, não grudam no corpo, não irritam a pele, o que faz com que eles sejam peças leves e respiráveis, além de ser muito resistentes. Tamanho único e modelagem regular, contam com grande abertura nas laterais e elásticos na parte inferior, ajustando-se às mais variadas estaturas. Medidas aproximadas (cm): 59 cm de altura x 37 cm de largura.</p> <p>Características:</p> <p>Kit é composto por 10 Coletes Dupla Face. Composição: 100% poliéster. Gênero: Unissex, Tamanho único, Cor: azul e amarelo, Indicado para: Treinos / Jogos.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas completasdo produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas,</p>	464823	KIT	242,9600	160	38.873,60

	<p>requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência</p>					
17	<p>KIT P A R A TREINAMENTO DE AGILIDADE E COORDENAÇÃO MOTORA</p> <p>Descrição:</p> <p>Kit contendo:- 10 cones demarcatório (16 cm) para treino agilidade funcional numerados de 1 a 10;</p> <p>- 02 escadas de agilidade de 3m por 42 cm; 10 cones com furos (22 por 14,5 cm) com 5 barreiras para agilidade funcional; 10 chapéus chineses (5 por 19cm) colorido; 05 Argolas de agilidade; 02 cordas (2,85 m) de pular profissional; 01 Mochila para armazenamento.</p> <p>Qualidade: Igual ou superior aos da marca Natural Fitness.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>3. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>	627756	KIT	220,4800	100	22.048,95

	18	<p>COLCHONETE PROFISSIONAL</p> <p>Descrição:</p> <p>Produto de alta qualidade e excelente durabilidade. Com densidade mínima 26 que permite conforto e não machuca na hora do treino. Tecido impermeável de fácil higienização e não permite o desenvolvimento de odores.</p> <p>Características:</p> <p>- Espuma: D26 ou superior, Revestimento:</p> <p>Napa, Dimensões: 100 x 60 x 3 cm (C x L x A), Cor: Azul ou Preto.</p> <p>Qualidade: Igual ou superior aos da marca Natural Fitness.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas o m p l e t a s d o p r o d u t o cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>3. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>	261504	Unidade	54,1300	600	32.479,98
	19	<p>C A M I S A P E R S O N A L I Z A D A P A R A E V E N T O S E S P O R T I V O S I N S T I T U C I O N A I S</p> <p>Descrição:</p> <p>Camisa esportiva totalmente personalizável, destinada à utilização em eventos esportivos institucionais de grande porte, confeccionada em tecido tecnológico do tipo Dry Fit, desenvolvida para proporcionar conforto térmico, leveza, respirabilidade e secagem rápida, adequada para atividades físicas e uso prolongado.</p> <p>As camisas poderão ser confeccionadas em cores diversas, totalmente personalizadas, de acordo com o público-alvo e a função desempenhada no evento, tais como, organização geral, organização local, atletas, comissão técnica, equipe de comunicação, profissionais de saúde,</p>	480883	Unidade	46,7800	2.000	93.551,20

	<p>motoristas, staff, dentre outros, conforme definição do IFPI.</p> <p>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO TECIDO</p> <p>O tecido deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:</p> <p>Composição: 100% poliéster de alta performance, ou composição equivalente de igual ou superior qualidade; Gramatura: entre 140 g/m² e 180 g/m²; Tecnologia Dry Fit: estrutura em microfilamentos que favorecem a absorção, transporte e evaporação do suor; Respirabilidade: malha com porosidade adequada à circulação de ar;</p> <p>Toque: macio, confortável e não abrasivo;</p> <p>Durabilidade: resistência ao uso contínuo e a lavagens sucessivas, sem deformação significativa ou perda de desempenho.</p> <p>PERSONALIZAÇÃO – PROCESSO DE APLICAÇÃO DA ARTE</p> <p>A personalização deverá ser realizada por sublimação digital, ou técnica equivalente ou superior, observando os seguintes critérios técnicos:</p> <p>Fixação da tinta: processo térmico com incorporação molecular da tinta ao tecido, sem formação de relevo;</p> <p>Alta definição: fidelidade cromática e nitidez dos elementos gráficos;</p> <p>Durabilidade: resistência ao desgaste, sem descascamento, trincas, manchas ou desbotamento após lavagens;</p> <p>Conforto: manutenção da respirabilidade do tecido, sem rigidez ou sobreposição de camadas.</p> <p>A arte e o layout deverão ser elaborados conforme padrão visual fornecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, incluindo logotipos institucionais, identificação do evento, função do usuário e demais elementos gráficos definidos pela Administração.</p> <p>TAMANHOS, CORES E QUANTIDADES</p> <p>Os produtos deverão ser fornecidos em tamanhos variados, com modelagem adequada ao uso esportivo.</p> <p>As quantidades por tamanho, cor e público- alvo serão formalmente informadas pelo IFPI juntamente com a arte e o layout aprovados, no momento da emissão da</p> <p>Ordem de Fornecimento e /ou Nota de Empenho.</p> <p>Amostra**: Obrigatório o envio de 02 (duas) unidades de camisas personalizadas (01 em cor predominante clara e 01 em cor predominante escura) ambas em tamanho “GG”, para avaliação da qualidade geral das peças, do processo de personalização</p> <p>/sublimação digital e se atendem às especificações técnicas solicitadas.</p> <p>**Na fase de licitação, para a produção da amostra, não será fornecida arte pela Instituição, nesse caso, a empresa deverá enviar material com arte</p>					
--	---	--	--	--	--	--

		<p>sugestiva, contendo a logomarca do Instituto Federal do Piauí e considerando que sejam modelos utilizados pela da Organização Geral/Comissão Técnica.</p> <p>Observações Gerais:</p> <p>1. Processo de Amostragem: Conforme a Nova Lei de Licitações (14.133/21), a empresa classificada em primeiro lugar deverá enviar as amostras no prazo de 10 dias úteis para aprovação técnica pela comissão do IFPI antes da assinatura da ata.</p> <p>Logística: A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizada na</p> <p>Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI).</p>					
Grupo 2	20	<p>TROFÉU ESPORTIVO PERSONALIZADO – 50 CM</p> <p>Descrição:</p> <p>Troféu esportivo totalmente personalizável, com altura aproximada de 50 cm, confeccionado em Zamac fundido ou material equivalente de igual ou superior qualidade, com acabamento premium, design moderno e detalhes em alto e/ou baixo relevo.</p> <p>O troféu deverá ser desenvolvido conforme arte e layout fornecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, contemplando personalização de logotipos institucionais, textos, símbolos da modalidade esportiva, denominação do evento e demais elementos gráficos solicitados.</p> <p>Base:</p> <p>Base confeccionada em MDF laqueado, madeira nobre, acrílico de alta resistência ou material equivalente, com placa personalizada fixada, garantindo estabilidade, resistência e acabamento superior.</p> <p>Dimensões:</p> <p>Altura aproximada de 50 cm (cinquenta centímetros), admitindo-se variação proporcional, desde que não comprometa a estética, legibilidade e padrão de qualidade.</p> <p>Características adicionais: Produto de alto padrão estético, resistente ao manuseio, adequado para eventos esportivos institucionais de grande porte, com acabamento premium compatível com a identidade visual do IFPI.</p> <p>Amostra**: Obrigatório o envio de 01 (um) troféu de 50 cm personalizado para avaliação da qualidade geral da peça e se atende às especificações técnicas solicitadas.</p> <p>**Na fase de licitação, para a produção da amostra, não será fornecida arte pela Instituição, nesse caso, a empresa deverá enviar material com arte sugestiva, contendo a logomarca do Instituto Federal do Piauí e considerando que seja um modelo para em evento esportivo do IFPI.</p> <p>Observações Gerais:</p> <p>1. Processo de Amostragem: Conforme a Nova Lei de Licitações (14.133/21), a empresa</p>	457589	Unidade	194,9200	120	23.391,42

		<p>classificada em primeiro lugar deverá enviar as amostras no prazo de 10 dias úteis para aprovação técnica pela comissão do IFPI antes da assinatura da ata.</p> <p>2. Logística: A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizada na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI).</p>					
	21	<p>TROFÉU ESPORTIVO PERSONALIZADO – 45 CM</p> <p>Descrição:</p> <p>Troféu esportivo totalmente personalizável, com altura aproximada de 45 cm, confeccionado em Zamacfundido ou material equivalente de igual ou superior qualidade, com acabamentopremium, design moderno e detalhes em alto e/ou baixo relevo.</p> <p>O troféu deverá ser desenvolvido conforme arte e layout fornecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, contemplando personalização de logotipos institucionais, textos, símbolos da modalidade esportiva, denominação do evento e demais elementos gráficos solicitados. Base:</p> <p>Base confeccionada em MDF laqueado, madeira nobre, acrílico de alta resistência ou material equivalente, com placa personalizada fixada, garantindo estabilidade, resistência e acabamento superior.</p> <p>Dimensões:</p> <p>Altura aproximada de 45 cm (quarenta e cinco centímetros), admitindo-se variação proporcional, desde que não comprometa a estética, legibilidade e padrão de qualidade.</p> <p>Características adicionais: Produto de alto padrão estético, resistente ao manuseio, adequado para eventos esportivos institucionais de grande porte, com acabamento premium compatível com a identidade visual do IFPI.</p> <p>Amostra**: Obrigatório o envio de 01 (um) troféu de 45 cm personalizado para avaliação da qualidade geral da peça e se atende às especificações técnicas solicitadas.</p> <p><i>**Na fase de licitação, para a produção da amostra, não será fornecida arte pela Instituição, nesse caso, a empresa deverá enviar material com arte sugestiva, contendo a logomarca do Instituto Federal do Piauí e considerando que seja um modelo para em evento esportivo do IFPI.</i></p> <p>Observações Gerais:</p> <p>1. Processo de Amostragem: Conforme a Nova Lei de Licitações (14.133/21), a empresa classificada em primeiro lugar deverá enviar as amostras no prazo de 10 dias úteis para aprovação técnica pela comissão do IFPI antes da assinatura da ata.</p> <p>Logística: A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizada na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel,</p>	457590	Unidade	171,0000	100	17.100,26

	Teresina (PI).					
22	<p>TROFÉU ESPORTIVO PERSONALIZADO – 40 CM</p> <p>Descrição:</p> <p>Troféu esportivo totalmente personalizável, com altura aproximada de 40 cm, confeccionado em Zamacfundido ou material equivalente de igual ou superior qualidade, com acabamento premium, design moderno e detalhes em alto e/ou baixo relevo. O troféu deverá ser desenvolvido conforme arte e layout fornecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, contemplando personalização de logotipos institucionais, textos, símbolos da modalidade esportiva, denominação do evento e demais elementos gráficos solicitados.</p> <p>Base:</p> <p>Base confeccionada em MDF laqueado, madeira nobre, acrílico de alta resistência ou material equivalente, com placa personalizada fixada, garantindo estabilidade, resistência e acabamento superior.</p> <p>Dimensões:</p> <p>Altura aproximada de 40 cm (quarenta centímetros), admitindo-se variação proporcional, desde que não comprometa a estética, legibilidade e padrão de qualidade.</p> <p>Características adicionais: Produto de alto padrão estético, resistente ao manuseio, adequado para eventos esportivos institucionais de grande porte, com acabamento premium compatível com a identidade visual do IFPI. Amostra**: Obrigatório o envio de 01 (um) troféu de 40 cm personalizado para avaliação da qualidade geral da peça e se atende às especificações técnicas solicitadas.</p> <p>**Na fase de licitação, para a produção da amostra, não será fornecida arte pela Instituição, nesse caso, a empresa deverá enviar material com arte sugestiva, contendo a logomarca do Instituto Federal do Piauí e considerando que seja um modelo para em evento esportivo do IFPI.</p> <p>Observações Gerais:</p> <p>1. Processo de Amostragem: Conforme a Nova Lei de Licitações (14.133/21), a empresa classificada em primeiro lugar deverá enviar as amostras no prazo de 10 dias úteis para aprovação técnica pela comissão do IFPI antes da assinatura da ata.</p> <p>Logística: A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizada na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI).</p>	457588	Unidade	159,9800	100	15.998,22
23	<p>MEDALHA ESPORTIVA PERSONALIZÁVEL</p> <p>Descrição:</p> <p>Medalha esportiva totalmente personalizável,</p>	483822	Unidade	20,7600	3.000	62.287,50

	<p>incluindo a fita, confeccionada em liga metálica Zamac (ou material equivalente de igual ou superior qualidade), produzida por processo de fundição, com acabamento de alta qualidade, design moderno e detalhes bem definidos.</p> <p>A medalha deverá ser desenvolvida conforme arte e layout fornecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, contemplando personalização de elementos gráficos, textos, logotipos e demais informações institucionais, conforme demanda dos eventos esportivos.</p> <p>Fita:</p> <p>Fita confeccionada em cetim ou material equivalente, também totalmente personalizável, com impressão ou sublimação de alta definição, garantindo resistência, conforto no uso e adequada fixação à medalha.</p> <p>Dimensões:</p> <p>Medidas aproximadas de 10 cm (dez centímetros) de altura por 8 cm (oito centímetros) de largura, admitindo-se variação proporcional ou tamanho similar, de acordo com a arte e o layout aprovados pelo IFPI, sem prejuízo da legibilidade, estética e funcionalidade do produto.</p> <p>Características adicionais: Produto com alta durabilidade, resistência ao desgaste e acabamento premium, adequado para utilização em eventos esportivos institucionais, atendendo às exigências de qualidade, estética e personalização estabelecidas neste Termo de Referência.</p> <p>Amostra**: Obrigatório o envio de 03 (três) medalhas (10x8cm) sugestivamente personalizadas, com as fitas, sendo (01 para premiação de primeiro lugar /ouro, 01 premiação de segundo lugar/prata e 01 para premiação de terceiro lugar/ bronze) para avaliação da qualidade geral das peças, do processo de personalização e se atendem às especificações técnicas solicitadas.</p> <p><i>**Na fase de licitação, para a produção da amostra, não será fornecida arte pela Instituição, nesse caso, a empresa deverá enviar material com arte sugestiva, contendo a logomarca do Instituto Federal do Piauí e considerando que sejam modelos para utilização em evento esportivo do IFPI.</i></p> <p>Observações Gerais:</p> <p>1. Processo de Amostragem: Conforme a Nova Lei de Licitações (14.133/21), a empresa classificada em primeiro lugar deverá enviar as amostras no prazo de 10 dias úteis para aprovação técnica pela comissão do IFPI antes da assinatura da ata.</p> <p>2. Logística: A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente João Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI).</p>					
--	---	--	--	--	--	--

	24	<p>JOGO XADREZ TABULEIRO C/ IMÃ M A D E I R A PROFISSIONAL 40X40 CM</p> <p>Descrição do produto:</p> <p>Jogo de xadrez profissional, portátil, durável, de alta qualidade, acabamento premium, com 32 peças magnéticas, sendo 16 marrons e 16 marfim, este conjunto garante que as peças permaneçam no tabuleiro, mesmo em movimento.</p> <p>O tabuleiro leve e de fácil armazenamento possui um espaço interno projetado para guardar cada peça individualmente, tornando-o prático e organizado.</p> <p>Peças cor: 16 peças marrom e 16 peças marfim com imã.</p> <p>Material:</p> <p>Tabuleiros: Madeira. Peças: Madeira.</p> <p>Dimensões:</p> <p>Tabuleiro: Altura: 40 cm Comprimento: 40 cm Largura: 2,5 cm.</p> <p>Peças: peão 3,5 cm, torre 4 cm, cavalo 4,5cm, bispo 5,5 cm, rei 7 cm e rainha 8 cm.</p> <p>Observação: A qualidade do material, o acabamento e a força do imã são os fatores mais importantes a serem considerados pela Comissão de Avaliação do IFPI.</p> <p>Qualidade: Igual ou similar ao da marca Jaehrig.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência</p>	23550	JOGO	170,6600	320	54.613,344
	25	<p>RELÓGIO DE XADREZ DIGITAL AVANÇADO</p> <p>Descrição:</p>	623331	Unidade	213,61	160	34.178,128

		<p>Relógio de xadrez projetado para oferecer o máximo controle de tempo em seus jogos.</p> <p>Com configurações pré- programadas que cobrem todas as necessidades dos jogadores profissionais de torneios e a capacidade de personalizar seus modos preferidos. Alimentado por bateria AA ou pilha.</p> <p>Características:</p> <p>Relógio aprovado pela FIDE Tela claramente visível de até 10 metros. O indicador Shift Screen 36 configurações pré- programadas se adaptam a todos os estilos de jogo.</p> <p>Qualidade: Igual ou similar com as mesmas funções do relógio da marca LEAP.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>3. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>					
	26	<p>KIT PARA BADMINTON (2 RAQUETES + 3 PETECAS)</p> <p>Kit para Badminton contendo:</p> <p>Bolsa protetora, 2 raquetes e 3 petecas.</p> <p>Especificações:</p> <p>Composição das raquetes: Aço Cor: Preto e laranja Peso aproximado da raquete: 115g Peso aproximado da peteca: 6g Dimensões aproximadas da raquete: 66cm x 20cm x 3 cm Dimensões aproximadas da peteca: 6,5cm x 6,5cm x 8,5 cm</p> <p>Qualidade: Igual ou superior ao kit da marca VOLLO.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar,</p>	464878	Kit (2 raquetes + 3 petecas)	159,1800	340	54.123,478

		<p>obrigatoriamente, a marca</p> <p>, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>3. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>					
	27	<p>REDE E POSTE DE BADMINTON OFICIAL 6,10M</p> <p>Informações Técnicas:</p> <p>Composição Tecido principal: 100% - Poliéster.</p> <p>Estrutura: 100% - Polipropileno (PP).</p> <p>Rede, com comprimento e altura oficiais (6,10 m x1,55 m), solução rápida para instalar o campo de badminton.</p> <p>A estrutura completa (pés incluídos) mede 6,70 m no total. Altura da rede 155 CM +/- 1 CM Largura da rede 610 CM +/- 2 CM.</p> <p>Características do Produto:</p> <p>Estabilidade: 3 pontos de contato de cada lado que permitem obter uma rede muito estável.</p> <p>Facilidade de montagem / desmontagem:</p> <p>Montagem rápida em 5 minutos.</p> <p>Facilidade de transporte:</p> <p>Vendida com saco de transporte.</p> <p>Garantia: 2 ANOS.</p> <p>Qualidade: Igual ou similar ao kit da marca Perfly.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca</p> <p>, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas completasdo produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas,</p>	464760	Kit (rede + postes)	713,3900	60	42.803,598

		<p>requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>3. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>					
	28	<p>P L A C A R POLIESPORTIVO</p> <p>Material: Pvc. Tipo: Manual. Características Adicionais: Plaquetas em PVC, de Mesa.</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Placar poliesportivo, material pvc, altura da placa 15 cm, largura da placa 12 cm, com adesivo numerado lado direito na cor azul e lado esquerdo na cor vermelho, e possibilidade de números de 01 a 99 em cada lado.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>	48025	Unidade	152,0500	30	4.561,716
Grupo 4 - Tipo I	29	<p>KIT DE NATAÇÃO (TOUCA + ÓCULOS + PROTETOR DE OUVIDOS)</p> <p>Descrição:</p> <p>Kit compacto 3 em 1 para maior praticidade (óculos Freestyle 3.0, touca Slim e protetor de ouvido). Touca leve em silicone, Protetor de ouvido com</p>	471995	KIT (touca + óculos + protetor de ouvidos)	95,4000	150	14.310,60

		<p>caixa protetora e Óculos com perfeita adaptação à face pela ventosa em silicone Lentes em policarbonato com tratamento anti- embaçante e proteção UV, para excelente visão Tira bicolor em silicone macio para conforto e melhor ajuste.</p> <p>Material dos produtos: Óculos - Lentes: policarbonato Ventosa: silicone Tira: silicone Touca: silicone Protetor de ouvido: silicone.</p> <p>Qualidade: Igual ou similar ao kit da marca Speedo.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo contendo as especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI. Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>					
	30	<p>KIT PARA TREINAMENTO DE NATAÇÃO (PRANCHA + PULLBUOY)</p> <p>Prancha de Natação Adulto</p> <p>Descrição:</p> <p>A Prancha de Natação é o acessório indispensável para quem busca evolução e técnica nas piscinas. Fabricada em 100% EVA, combina leveza, durabilidade e excelente flutuabilidade, oferecendo total suporte nos treinos de resistência, correção de estilos e aperfeiçoamento respiratório. Seu formato anatômico garante estabilidade e conforto, seja na natação ou na hidroginástica.</p> <p>Especificações Técnicas:</p> <p>PRANCHA: Com apoio para melhor pegada Oferece excelente flutuabilidade Trabalha membros inferiores Auxilia no aprendizado da natação Leve, durável e lavável Medidas: 41 cm x 28 cm x 3 cm. Material: 100% EVA (Etil Vinil Acetato).</p> <p>PULLBUOY (Flutuador) Descrição:</p> <p>FLUTUADOR:</p>	613772	KIT (prancha + pullbuoy)	189,2700	150	28.390,50

		<p>Confortável e anatômico Ideal para fortalecimento dos membros superiores Favorece a fluabilidade das pernas Auxilia no treinamento dos membros superiores Leve, durável e lavável Medidas: 25 cm x 10 cm x 9 cm.</p> <p>Especificações Técnicas:</p> <p>Dimensões: 10cm X 25cm X 9cm (LxCxA); Fabricado em Etil Vinil Acetato, Cor Azul e Amarelo. Garantia de 90 dias para defeitos de fabricação.</p> <p>Qualidade: Igual ou similar ao kit da marca Speedo.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>					
	31	<p>CAIXA TÉRMICA</p> <p>Material: Poliuretano Expandido</p> <p>Capacidade: 24</p> <p>L. Características Adicionais:</p> <p>Tampa</p> <p>Articulada /Trinco,</p> <p>Embutido/Alça Dupla</p> <p>/Dreno, Densidade: 35 KG</p> <p>/M3.</p> <p>D E S C R I Ç Ã O COMPLEMENTAR: Caixa Térmica, 24 Litros. Especificações: resistência, alta durabilidade, conservar quente e frio, com alça tira colo e bandeja interna. Tamanho (A x L x P): 46,5 x 27,0 x 34,0 cm. Cor: Azul.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo c o n t e n d o a s especificações técnicas completas do</p>	373318	Unidade	98,8800	60	5.932,998

		<p>produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços. 3. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>					
	32	<p>GARRAFÃO TÉRMICO</p> <p>Material: Espuma De Polietileno E Dupla Camada De Pead Aplicação: Líquidos</p> <p>Quentes E Frios Capacidade: 12 L Características Adicionais: Botijão Térmico Com Tripé Retrátil, Tampa Roscável. D E S C R I Ç Ã O COMPLEMENTAR:</p> <p>Garrafão térmico, 12 litros, azul ou vermelho, com torneira desmontável para higienização e pés retráteis. Peso 2 kg.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>1. Durante o processo de licitação, a empresa classificada em primeiro lugar, deverá informar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e catálogo contendo as especificações técnicas completas do produto cotado.</p> <p>Os materiais ofertados estarão sujeitos à avaliação técnica por Comissão designada por servidores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à conformidade do produto com as especificações técnicas, requisitos funcionais e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência.</p> <p>2. As quantidades a serem fornecidas serão definidas conforme a necessidade da Administração e formalmente informadas à empresa detentora do registro no momento da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho, observados os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI), observadas as condições de recebimento, conferência e aceitação previstas no Termo de Referência.</p>	429430	Unidade	205,7500	110	22.632,50

	<p>AGASALHO ESPORTIVO</p> <p>PERSONALIZÁVEL</p> <p>Agasalhos esportivos completos (jaqueta e calça), totalmente personalizáveis, conforme layouts e quantidades a serem fornecidas pelo Instituto Federal do Piauí, destinados aos atletas dos diversos <i>campi</i> da instituição.</p> <p>1. Especificação do Tecido (Obrigatória)</p> <p>Material: Moletinho PA (Premium).</p> <p>Composição: 50% Algodão e 50% Poliéster.</p> <p><i>Justificativa:</i> O algodão garante a troca de calor e absorção de suor (essencial no Piauí), enquanto o poliéster confere durabilidade, impede o encolhimento e mantém a cor viva após sucessivas lavagens.</p> <p>Gramatura: 240 g/m².</p> <p><i>Padrão de Qualidade:</i> Deve ser leve e sem felpa (sem pelúcia interna), garantindo toque macio e frescor.</p> <p>Tecnologia: Tratamento <i>Anti-pilling</i> (não forma bolinhas) e tingimento reativo de alta solidez.</p> <p>Detalhamento da Jaqueta Modelagem: Esportiva Unissex, corte ajustado (Slim Fit), gola alta com protetor de zíper para não irritar o pescoço.</p> <p>Fechamento: Zíper frontal inteiro de nylon nº 5, cor combinando com o tecido, com cursor metálico de travamento automático.</p> <p>Mangas: Corte raglan (maior mobilidade para os braços do atleta).</p> <p>Bolsos: Dois bolsos frontais tipo "faca", com acabamento em debrum do próprio tecido.</p> <p>Acabamentos: Punhos e barra em Ribana PA (mesma cor e composição do tecido), com 5% de elastano para manter a memória elástica.</p> <p>3. Detalhamento da Calça</p> <p>Modelagem: Tipo <i>Jogger</i>, com recorte anatômico no entrepernas para evitar rasgos durante movimentos bruscos.</p> <p>Cós: Elástico de 40mm rebatido em máquina de 4 agulhas, com cordão de poliéster roliço e ponteiros de acetato para ajuste fino.</p> <p>Bolsos: Dois bolsos laterais profundos (cabendo um smartphone de 6.7").</p> <p>4. Barra: Acabamento em punho de ribana, permitindo que o atleta suba a calça até a panturrilha se necessário. Personalização (Padrão Seleções IFPI)</p> <p>Técnica Principal: Bordado computadorizado de alta definição no peito (lado esquerdo) com o brasão do IFPI e nas costas a inscrição "INSTITUTO FEDERAL PIAUÍ" em silk-screen de alta densidade.</p> <p>Identificação: Aplicação de estampa em DTF (Direct to Film) ou Silk-screen na perna direita da calça com a sigla "IFPI".</p> <p>Serão disponibilizadas 26 artes, para atender a 25 <i>campi</i> e a equipe da seleção do IFPI.</p> <p>Relação de <i>campi</i>+ seleção: Altos; Angical; Barras;</p>					
33		617552	Conjunto	240,0000	520	124.800,00

		<p>Campo Maior; Cocal; Corrente; Esperantina; Floriano; José de Freitas; Luzilândia; Oeiras; Parnaíba; Paulistana; Pedro II; Picos; Pio IX; Piripiri; São João do Piauí; São Raimundo Nonato; Teresina Central; Teresina Zona Sul; Teresina Dirceu Arcoverde; Teresina Santa Maria*; Uruçuí; Valença e IFPI.</p> <p>*(Ainda aguardando autorização Presidencial).</p> <p>5. Grade de Tamanhos</p> <p>As quantidades registradas em Ata devem contemplar a seguinte grade obrigatória:</p> <p>Adulto: PP, P, M, G, GG e XG.</p> <p>Plus Size (Reserva de Cota): G1, G2 e G3 (conforme normas da ABNT para vestuário).</p> <p>6. Critérios para a Amostra (Fase de Classificação)</p> <p>Para garantir a alta performance, a empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar em até 10 (dez) dias úteis:</p> <p>Laudo técnico simplificado do fabricante do tecido atestando a composição 50/50.</p> <p>Certificado de garantia contra defeitos de fabricação por período não inferior a 12 meses.</p> <p>Amostra**: Obrigatório o envio de 01 (um) conjunto em tamanho "G" para avaliação da qualidade geral das peças e se atendem às especificações técnicas solicitadas.</p> <p><i>**Na fase de licitação, para a produção da amostra, não será fornecida arte pela Instituição, nesse caso, a empresa deverá enviar material com arte sugestiva, contendo a logomarca do Instituto Federal do Piauí e considerando que seja o modelo da seleção do IFPI.</i></p> <p>Observações Gerais:</p> <p>Processo de Amostragem: Conforme a Nova Lei de Licitações (14.133/21), a empresa classificada em primeiro lugar deverá enviar as amostras no prazo de 10 dias úteis para aprovação técnica pela comissão do IFPI antes da assinatura da ata.</p> <p>2. Logística: A entrega deverá ser realizada no Almojarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizada na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI).</p>					
	34	<p>UNIFORME DE FUTSAL CONJUNTO (MASCULINO E FEMININO)</p> <p>Descrição: Conjunto composto por camisa manga curta e calção para jogadores de linha; e camisa manga longa e calça específica para goleiro.</p> <p>Especificações Técnicas (Linha):</p> <p>Especificações Técnicas: Tecido 100% poliéster com tecnologia <i>Dry-Fit</i>, gramatura mínima de 125g/m². Camisa com gola "V" ou careca com acabamento em ribana de alta resistência; mangas com bainhade duas agulhas. Calção com elástico de 40mm e cordão interno de poliamida para ajuste. Costuras reforçadas em máquinas</p>	602241	Conjunto	176,1500	1.456	256.484,7376

		<p>bitola (interlock) para suportar tração.</p> <p>Especificações Técnicas (Goleiro): Calça em tecido de poliéster de alta gramatura (mínimo 180g /m²) ou poliéster com elastano, possuindo reforço acolchoado (espuma de alta densidade) nos joelhos e laterais das coxas para absorção de impacto. Camisa de goleiro com opção de manga longa com proteção nos cotovelos.</p> <p>Personalização: Sublimação digital total de alta resolução. Brasão do IFPI no peito esquerdo, numeração oficial (frente e costas) e identificação do <i>Campus</i> nas costas.</p> <p>Ainda em relação à personalização, os conjuntos terão artes /layouts em paleta de cores diferenciadas por <i>campi</i>.</p> <p>Serão disponibilizadas 26 artes, para atender a 25 <i>campi</i> e a equipe da seleção do IFPI.</p> <p>Relação de <i>campi</i> + seleção: Altos; Angical; Barras; Campo Maior; Cocal; Corrente; Esperantina; Floriano; José de Freitas; Luzilândia; Oeiras; Parnaíba; Paulistana; Pedro II; Picos; Pio IX; Piripiri; São João do Piauí; São Raimundo Nonato; Teresina Central; Teresina Zona Sul; Teresina Dirceu Arcoverde; Teresina Santa Maria*; Uruçuí; Valença e IFPI.</p> <p>*(Ainda aguardando autorização Presidencial).</p> <p>Composição por Campus (Total 56 conjuntos): Masculino: 14 Claras (12 Linha + 2 Goleiro c/ Calça) e 14 Escuras (12 Linha + 2 Goleiro c/ Calça). Feminino: 14 Claras (12 Linha + 2 Goleiro c/ Calça) e 14 Escuras (12 Linha + 2 Goleiro c/ Calça). Quantidade Total: 1.456 conjuntos.</p> <p>Amostra**: Obrigatório o envio de 02 (dois) conjuntos (01 para jogadores de linha e 01 para goleiro) ambos em tamanho “G” para avaliação da qualidade geral das peças e se atendem às especificações técnicas solicitadas.</p> <p>**Na fase de licitação, para a produção da amostra, não será fornecida arte pela Instituição, nesse caso, a empresa deverá enviar material com arte sugestiva, contendo a logomarca do Instituto Federal do Piauí e considerando que seja o modelo da seleção do IFPI.</p> <p>Observações Gerais:</p> <p>1. Processo de Amostragem: Conforme a Nova Lei de Licitações (14.133/21), a empresa classificada em primeiro lugar deverá enviar as amostras no prazo de 10 dias úteis para aprovação técnica pela comissão do IFPI antes da assinatura da ata.</p> <p>Logística: A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizada na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI).</p>					
	35	<p>UNIFORME DE HANDEBOL</p> <p>CONJUNTO</p> <p>(MASCULINO E FEMININO)</p>	602261	Conjunt	184,2800	1.664	306.641,92

	<p>Descrição: Conjunto composto por camisa manga curta e calção para jogadores de linha; e camisa manga longa e calça específica para goleiro.</p> <p>Especificações Técnicas (Linha): Tecido 100% poliéster <i>Dry-Fit</i> de alta tenacidade (mínimo 140g/m²). Costuras duplas para suportar tração excessiva característica da modalidade. Camisa com reforço de gola e ombros; calção com elástico reforçado e acabamento lateral em viés.</p> <p>Especificações Técnicas (Goleiro): Calça em tecido de poliéster tipo "Helanca" ou similar de alta resistência, com modelagem que permita abertura total de pernas. Deve conter proteção espumada nos joelhos. Camisa de goleiro em cor contrastante com os jogadores de linha.</p> <p>Personalização: Sublimação digital total. Logotipo do IFPI, identificação do Campus e numeração conforme as normas da Confederação Brasileira de Handebol (CBHb).</p> <p>Ainda em relação à personalização, os conjuntos terão artes /layouts em paleta de cores diferenciadas por <i>campi</i>.</p> <p>Serão disponibilizadas 26 artes, para atender a 25 <i>campi</i> e a equipe da seleção do IFPI.</p> <p>Relação de <i>campi</i>+ seleção: Altos; Angical; Barras; Campo Maior; Cocal; Corrente; Esperantina; Floriano; José de Freitas; Luzilândia; Oeiras; Parnaíba; Paulistana; Pedro II; Picos; Pio IX; Piripiri; São João do Piauí; São Raimundo Nonato; Teresina Central; Teresina Zona Sul; Teresina Dirceu Arcoverde; Teresina Santa Maria*; Uruçuí; Valença e IFPI.</p> <p>*(Ainda aguardando autorização Presidencial).</p> <p>Composição por Campus (Total 64 conjuntos):</p> <p>Masculino: 16 Claras (14 Linha + 2 Goleiro c/ Calça) e 16 Escuras (14 Linha + 2 Goleiro c/ Calça).</p> <p>Feminino: 16 Claras (14 Linha + 2 Goleiro c/ Calça) e 16 Escuras (14 Linha + 2 Goleiro c/ Calça).</p> <p>Quantidade Total: 1.664 conjuntos.</p> <p>Amostra**: Obrigatório o envio de 02 (dois) conjuntos (01 para jogadores de linha e 01 para goleiro) ambos em tamanho "G", para avaliação da qualidade geral das peças e se atendem às especificações técnicas solicitadas.</p> <p>**Na fase de licitação, para a produção da amostra, não será fornecida arte pela Instituição, nesse caso, a empresa deverá enviar material com arte sugestiva, contendo a logomarca do Instituto Federal do Piauí e considerando que seja o modelo da seleção do IFPI.</p> <p>Observações Gerais:</p> <p>1. Processo de Amostragem: Conforme a Nova Lei de Licitações (14.133/21), a empresa classificada em primeiro lugar deverá enviar as amostras no prazo de 10 dias úteis para aprovação técnica pela comissão do IFPI antes da assinatura da ata.</p> <p>Logística: A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizada na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel,</p>					
--	--	--	--	--	--	--

		Teresina (PI).					
		<p>UNIFORME DE VOLEIBOL CONJUNTO (MASCULINO E FEMININO)</p> <p>Descrição: Conjunto composto por camisa (manga curta e calção (masc) / short de compressão (fem).</p> <p>Especificações</p> <p>Técnicas: Tecido em Poliamida com elastano (mínimo 10%), gramatura 160g/m². O tecido deve possuir toque frio, alta absorção de suor e elasticidade multidirecional. Short feminino tipo "suplex" de alta compressão com entrepernas reforçado para evitar transparência.</p> <p>Personalização: Sublimação digital total. Incluir obrigatoriamente a diferenciação de cores para a posição de Líbero.</p> <p>Ainda em relação à personalização, os conjuntos terão artes</p> <p>/layouts em paleta de cores diferenciadas por <i>campi</i>.</p> <p>Serão disponibilizadas 26 artes, para atender a 25 <i>campi</i> e a equipe da seleção do IFPI.</p> <p>Relação de <i>campi</i>+ seleção: Altos; Angical; Barras; Campo Maior; Cocal; Corrente; Esperantina; Floriano; José de Freitas; Luzilândia; Oeiras; Parnaíba; Paulistana; Pedro II; Picos; Pio IX; Piripiri; São João do Piauí; São Raimundo Nonato; Teresina Central; Teresina Zona Sul; Teresina Dirceu Arcoverde; Teresina Santa Maria*; Uruçuí; Valença e IFPI *(Ainda aguardando autorização Presidencial).</p> <p>Composição por Campus (Total 56 conjuntos):</p> <p>Masculino: 14 Claras e 14 Escuras.</p> <p>Feminino: 14 Claras e 14 Escuras.</p> <p>Quantidade Total: 1.456 conjuntos.</p> <p>Amostra**: Obrigatório o envio de 02 (dois) conjuntos (01 masculino e 01 feminino) ambos em tamanho "G" para avaliação da qualidade geral das peças e se atendem às especificações técnicas solicitadas.</p> <p>**Na fase de licitação, para a produção da amostra, não será fornecida arte pela Instituição, nesse caso, a empresa deverá enviar material com arte sugestiva, contendo a logomarca do Instituto Federal do Piauí e considerando que seja o modelo da seleção do IFPI.</p> <p>Observações Gerais:</p> <p>1. Processo de Amostragem: Conforme a Nova Lei de Licitações (14.133/21), a empresa classificada em primeiro lugar deverá enviar as amostras no prazo de 10 dias úteis para aprovação técnica pela comissão do IFPI antes da assinatura da ata.</p> <p>Logística: A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizada na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI)..</p>	602239	Conjunto	180,9300	1.456	263.436,264

	37	<p>UNIFORME DE BASQUETEBOL CONJUNTO (MASCULINO E FEMININO)</p> <p>Descrição: Conjunto composto por regata cavada e bermuda longa.</p> <p>Especificações</p> <p>Técnicas: Tecido 100% poliéster com estrutura em micro-colmeia (Double Dry), gramatura 140g/m². Regata com cavas amplas e golas com acabamento em retilínea elástica. Bermuda com comprimento até a altura do joelho, elástico largo e recorte lateral para garantir amplitude de movimento.</p> <p>Personalização: Sublimação digital total. Numeração de grande porte centralizada conforme padrão da CBB.</p> <p>Ainda em relação à personalização, os conjuntos terão artes /layouts em paleta de cores diferenciadas por <i>campi</i>.</p> <p>Serão disponibilizadas 26 artes, para atender a 25 <i>campi</i> e a equipe da seleção do IFPI.</p> <p>Relação de <i>campi</i>+ seleção: Altos; Angical; Barras; Campo Maior; Cocal; Corrente; Esperantina; Floriano; José de Freitas; Luzilândia; Oeiras; Parnaíba; Paulistana; Pedro II; Picos; Pio IX; Piripiri; São João do Piauí; São Raimundo Nonato; Teresina Central; Teresina Zona Sul; Teresina Dirceu Arcoverde; Teresina Santa Maria*; Uruçuí; Valença e IFPI.</p> <p>*(Ainda aguardando autorização Presidencial).</p> <p>Composição por Campus (Total 48 conjuntos):</p> <p>Masculino: 12 Claras e 12 Escuras.</p> <p>Feminino: 12 Claras e 12 Escuras.</p> <p>Quantidade Total: 1.248 conjuntos.</p> <p>Amostra**: Obrigatório o envio de 01 (um) conjunto em tamanho "G" para avaliação da qualidade geral das peças e se atendem às especificações técnicas solicitadas.</p> <p>**Na fase de licitação, para a produção da amostra, não será fornecida arte pela Instituição, nesse caso, a empresa deverá enviar material com arte sugestiva, contendo a logomarca do Instituto Federal do Piauí e considerando que seja o modelo da seleção do IFPI.</p> <p>Observações Gerais:</p> <p>1. Processo de Amostragem: Conforme a Nova Lei de Licitações (14.133/21), a empresa classificada em primeiro lugar deverá enviar as amostras no prazo de 10 dias úteis para aprovação técnica pela comissão do IFPI antes da assinatura da ata.</p> <p>2. Logística: A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizada na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI).</p>	444685	Conjunto	165,1700	1.248	206.132,16
	38	<p>UNIFORME DE ATLETISMO CONJUNTO (MASCULINO E FEMININO)</p> <p>Descrição: Conjunto composto por regata</p>	444685	Conjunto	177,5600	1.248	221.598,00

		<p>nadador e short de corrida.</p> <p>Especificações</p> <p>Técnicas: Tecido 100% Poliamida extra leve, gramatura 110g/m². Short com abertura lateral em "V" para passada larga e forro interno em tecido telado (dry mesh) para conforto e higiene. Elástico suave na cintura com cordão de ajuste.</p> <p>Personalização: Sublimação digital total. Logotipo do IFPI no peito e nome do Campus nas costas em alta visibilidade.</p> <p>Ainda em relação à personalização, os conjuntos terão artes /layouts em paleta de cores diferenciadas por <i>campi</i>. Serão disponibilizadas 26 artes, para atender a 25 <i>campi</i> e a equipe da seleção do IFPI.</p> <p>Relação de <i>campi</i>+ seleção: Altos; Angical; Barras; Campo Maior; Cocal; Corrente; Esperantina; Floriano; José de Freitas; Luzilândia; Oeiras; Parnaíba; Paulistana; Pedro II; Picos; Pio IX; Piripiri; São João do Piauí; São Raimundo Nonato; Teresina Central; Teresina Zona Sul; Teresina Dirceu Arcoverde; Teresina Santa Maria*; Uruçuí; Valença e IFPI.</p> <p>*(Ainda aguardando autorização Presidencial).</p> <p>Composição por Campus (Total 48 conjuntos):</p> <p>Masculino: 12 Claras e 12 Escuras.</p> <p>Feminino: 12 Claras e 12 Escuras.</p> <p>Quantidade Total: 1.248 conjuntos.</p> <p>Amostra**: Obrigatório o envio de 01 (um) conjunto em tamanho "G" para avaliação da qualidade geral das peças e se atendem às especificações técnicas solicitadas.</p> <p>**Na fase de licitação, para a produção da amostra, não será fornecida arte pela Instituição, nesse caso, a empresa deverá enviar material com arte sugestiva, contendo a logomarca do Instituto Federal do Piauí e considerando que seja o modelo da seleção do IFPI. Observações Gerais:</p> <p>1. Processo de Amostragem: Conforme a Nova Lei de Licitações (14.133/21), a empresa classificada em primeiro lugar deverá enviar as amostras no prazo de 10 dias úteis para aprovação técnica pela comissão do IFPI antes da assinatura da ata.</p> <p>Logística: A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizada na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI).</p>					
	39	<p>UNIFORME DE BADMINTON CONJUNTO (MASCULINO E FEMININO)</p> <p>Descrição: Conjunto composto por camisa polo e short esportivo.</p> <p>Especificações</p> <p>Técnicas: Tecido Poliamida Dry-Fit com proteção UV 50+ e tratamento bactericida. Modelagem funcional que permite movimentos rápidos de braços acima da linha da cabeça sem subir a barra da camisa. Short leve com bolsos laterais (opcional).</p> <p>Personalização: Sublimação digital total. Escudo</p>	444685	Conjunto	178,1800	624	111.185,88

		<p>IFPI e identificação do Campus. Ainda em relação à personalização, os conjuntos terão artes</p> <p>/layouts em paleta de cores diferenciadas por <i>campi</i>.</p> <p>Serão disponibilizadas 26 artes, para atender a 25 <i>campi</i> e a equipe da seleção do IFPI.</p> <p>Relação de <i>campi</i>+ seleção: Altos; Angical; Barras; Campo Maior; Cocal; Corrente; Esperantina; Floriano; José de Freitas; Luzilândia; Oeiras; Parnaíba; Paulistana; Pedro II; Picos; Pio IX; Piripiri; São João do Piauí; São Raimundo Nonato; Teresina Central; Teresina Zona Sul; Teresina Dirceu Arcoverde; Teresina Santa Maria*; Uruçuí; Valença e IFPI.</p> <p>*(Ainda aguardando autorização Presidencial).</p> <p>Composição por Campus (Total 24 conjuntos):</p> <p>Masculino: 6 Claras e 6 Escuras.</p> <p>Feminino: 6 Claras e 6 Escuras.</p> <p>Quantidade Total: 624 conjuntos.</p> <p>Amostra**: Obrigatório o envio de 01 (um) conjunto em tamanho "G" para avaliação da qualidade geral das peças e se atendem às especificações técnicas solicitadas.</p> <p>**Na fase de licitação, para a produção da amostra, não será fornecida arte pela Instituição nesse caso, a empresa deverá enviar material com arte sugestiva, contendo a logomarca do Instituto Federal do Piauí e considerando que seja o modelo da seleção do IFPI.</p> <p>Observações Gerais:</p> <p>1. Processo de Amostragem: Conforme a Nova Lei de Licitações (14.133/21), a empresa classificada em primeiro lugar deverá enviar as amostras no prazo de 10 dias úteis para aprovação técnica pela comissão do IFPI antes da assinatura da ata.</p> <p>Logística: A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizada na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053-390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI).</p>					
	40	<p>UNIFORME DE XADREZCAMISA (MASCULINA E FEMININA)</p> <p>Descrição: Camisa modelo Polo para representação oficial.</p> <p>Especificações</p> <p>Técnicas: Tecido Piquet Dry funcional (mescla de poliéster e poliamida), gramatura 170g/m². Gola polo em retilínea com pé de gola; peitilho com fechamento em 02 ou 03 botões personalizados. Modelagem confortável para permanência em posição sentada.</p> <p>Personalização: Sublimação digital total com logomarca em bordado eletrônico de alta definição (conforme modelo solicitado pelo IFPI).</p> <p>Ainda em relação à personalização, os conjuntos terão artes</p> <p>/layouts em paleta de cores diferenciadas por <i>campi</i>.</p> <p>Serão disponibilizadas 26 artes, para atender a</p>	603095	Unidade	81,3700	624	50.778,00

		<p>25 <i>campi</i> e a equipe da seleção do IFPI.</p> <p>Relação de <i>campi</i>+ seleção: Altos; Angical; Barras; Campo Maior; Cocal; Corrente; Esperantina; Floriano; José de Freitas; Luzilândia; Oeiras; Parnaíba; Paulistana; Pedro II; Picos; Pio IX; Piripiri; São João do Piauí; São Raimundo Nonato; Teresina Central; Teresina Zona Sul; Teresina Dirceu Arcoverde; Teresina Santa Maria*; Uruçuí; Valença e IFPI.</p> <p>*(Ainda aguardando autorização Presidencial).</p> <p>Composição por Campus (Total 24 peças):</p> <p>Masculino: 6 Claras e 6 Escuras.</p> <p>Feminino: 6 Claras e 6 Escuras.</p> <p>Quantidade Total: 624 camisas. Amostra**: Obrigatório o envio de 01 (uma) camisa em tamanho "G" para avaliação da qualidade geral da peça (tecido, personalização, bordado, gola e do acabamento dos botões) e se atende às especificações técnicas solicitadas.</p> <p><i>**Na fase de licitação, para a produção da amostra, não será fornecida arte pela Instituição, nesse caso, a empresa deverá enviar material com arte sugestiva, contendo a logomarca do Instituto Federal do Piauí e considerando que seja o modelo da seleção do IFPI.</i></p> <p>Observações Gerais:</p> <p>1. Processo de Amostragem: Conforme a Nova Lei de Licitações (14.133/21), a empresa classificada em primeiro lugar deverá enviar as amostras no prazo de 10 dias úteis para aprovação técnica pela comissão do IFPI antes da assinatura da ata.</p> <p>Logística: A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizada na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI).</p>					
	41	<p>UNIFORME DE VÔLEI DE PRAIA CONJUNTO (MASCULINO E FEMININO)</p> <p>Descrição: Conjunto composto por regata e short esportivo.</p> <p>Especificações</p> <p>Técnicas: Tecido 100% Poliamida com tecnologia de secagem ultra rápida e proteção solar UV 50+-. Short com modelagem curta, sem bolsos, com elástico e cordão reforçado para evitar desajuste com o peso da areia. Regata com cavas que evitam assaduras.</p> <p>Personalização: Sublimação digital total resistente à abrasão (areia) e exposição solar prolongada.</p> <p>Ainda em relação à personalização, os conjuntos terão artes</p> <p>/layouts em paleta de cores diferenciadas por <i>campi</i>.</p> <p>Serão disponibilizadas 26 artes, para atender a 25 <i>campi</i> e a equipe da seleção do IFPI.</p> <p>Relação de <i>campi</i>+ seleção: Altos; Angical; Barras; Campo Maior; Cocal; Corrente; Esperantina; Floriano; José de Freitas; Luzilândia; Oeiras; Parnaíba; Paulistana; Pedro II; Picos; Pio IX; Piripiri; São João do Piauí; São Raimundo Nonato; Teresina Central; Teresina Zona Sul.</p>	602238	Conjunto	188,3000	416	78.332,80

		<p>Teresina Dirceu Arcoverde; Teresina Santa Maria*; Uruçuí; Valença e IFPI.</p> <p>*(Ainda aguardando autorização Presidencial).</p> <p>Composição por Campus (Total 16 conjuntos):</p> <p>Masculino: 4 Claras e 4 Escuras.</p> <p>Feminino: 4 Claras e 4 Escuras.</p> <p>Quantidade Total: 416 conjuntos.</p> <p>Amostra**: Obrigatório o envio de 01 (um) conjunto em tamanho “G” para avaliação da qualidade geral das peças e se atendem às especificações técnicas solicitadas.</p> <p><i>**Na fase de licitação, para a produção da amostra, não será fornecida arte pela Instituição, nesse caso, a empresa deverá enviar material com arte sugestiva, contendo a logomarca do Instituto Federal do Piauí e considerando que seja o modelo da seleção do IFPI.</i></p> <p>Observações Gerais:</p> <p>1. Processo de Amostragem: Conforme a Nova Lei de Licitações (14.133/21), a empresa classificada em primeiro lugar deverá enviar as amostras no prazo de 10 dias úteis para aprovação técnica pela comissão do IFPI antes da assinatura da ata.</p> <p>Logística: A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Reitoria, localizada na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, 64053- 390, Bairro: Santa Isabel, Teresina (PI).</p>						
		TOTAL GLOBAL						3.161.015,58

1.1.2 Trata-se de Sistema de Registro de Preços, sem garantia de contratação total imediata, podendo haver empenho parcial ou variável ao longo da vigência da ata, dentro do limite quantitativo máximo previamente estabelecido para cada item.

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um)** contado da assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua , na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.7. objeto desta aquisição não faz parte atualmente do Catálogo Eletrônico de Padronização do Governo Federal, na forma do artigo 19 da Lei nº 14.133/2021

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1 Os produtos deverão prioritariamente ser produzidos com materiais menos impactantes e poluidores do meio ambiente. Ademais, deverão possuir padrão de qualidade adequado, devendo os mesmos serem armazenados e transportados em condições adequadas e de acordo com as normas estabelecidas, obedecendo ainda às normatizações do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), observando em especial: Lei nº 6.938/81 e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12

/2009, Instrução Normativa IBAMA Nº 6 DE 15/03/2013, Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 e Artigo 4º do Decreto 7.746/12;

4.1.2 Não se verificou possíveis impactos ambientais advindos da presente aquisição. No entanto, com vistas ao desenvolvimento nacional sustentável e para mitigar eventuais imprevistos, os fornecedores deverão observar as normas e orientações em relação à adoção de critérios e procedimentos ambientais, tais como:

4.1.2.1 Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;

4.1.2.2 Priorizar o emprego de mão-de-obra, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação do objeto;

4.1.2.3 Para a destinação final dos resíduos a contratada deverá seguir o que estipula a determinação do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, em conformidade com o modelo especificado pelo órgão competentes locais;

4.1.2.4 Utilizar agregados reciclados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais. Todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNTNBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

4.1.2.5 Utilizar materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (PBDEs).

4.1.2.6 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis disponível no Link :https://www.gov.br/agu/ptbr/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentvei_s4edio.pdf

Indicação de marcas ou modelos

4.2. *Na presente contratação será admitida a indicação ou modelo(s), de acordo com as especificações técnicas detalhadas na Tabela 1 deste termo.*

Da exigência de amostra

4.3 *Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá*

apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.4. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.4.1. Itens 19, 20, 21, 22, 23, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41.

4.5. As amostras poderão ser entregues no endereço: Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390, no prazo limite de 10 (dez) dias entrega.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

6.15.1. Analisar os uniforme fornecidos, para verificar se estão de acordo com o proposta na licitação.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g”

e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de e 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação .*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados

e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de

contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25.1 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos

respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **04/03/2026**.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM/GRUPO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Críticos de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ~~ou de maior desconto~~ por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :*

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;^[A6]
- 9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.15 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de

contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.24 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo*] de **5% [cinco]** do *[valor total estimado da contratação]*.
- 9.25 *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*
- 9.26 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.27 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.28 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.29 *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

- 9.30. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*
- 9.31 *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*
- 3.31.1

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 3.31.2

Os atestados deverão contemplar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total previsto em cada item.
- 3.31.3

Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.
- 3.31.4

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do

fornecedor.

3.31.5 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

3.32 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$3.161.015,58 (Três milhões, cento e sessenta e um mil, quinze reais e cinquenta e oito centavos.)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2 Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento

equivalente ao contrato (*Nota de Empenho*), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ***O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.***

2.2. ***O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.***

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (*trinta*), dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (*trinta*), dias.

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português,

4.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.8.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.10. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.12. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes*

5.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

5.5.1. *Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.*

5.3. *O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.*

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não

restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.9.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Teresina Seção Judiciária do Piauí para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento,..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* e no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº.90020./2026 bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RICARDO BASILIO DE OLIVEIRA CALAND

Presidente da Comissão de Planejamento



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 10:17:45.

MARCIO MAIA LIMA

Membro da Comissão de Planejamento



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 16:20:54.

EMMANUEL WASSERMANN MORAES E LUZ

Membro da Comissão de Planejamento



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 11:40:37.

INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ

Ata de Registro de Preços 19/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
19/2026	158146-INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ	ANTONIO LUIS OLIVEIRA DOS REIS	22/04/2026 12:15 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23172.000094/2026-98

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº 23172.000094/2026-98

Ata de Registro de Preços nº [XX/2026](#)

O(A) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, com sede no(a) Av. Jânio Quadros, 330 - Bairro Santa Isabel - CEP 64.053-090, na cidade de Teresina-PI, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.806.496/0001-49 neste ato representado(a) pelo(a) Reitor Paulo Borges da Cunha, nomeado(a) pelo Decreto Presidencial de 28 de agosto de 2025, publicado no Diário Oficial da União em 29 de agosto de 2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202....., processo administrativo n.º 23172.000094/2026-98, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais esportivos, educativos e utensílios para esportes diversos, mediante sistema de registro de preços, especificado(s) no(s) item(ns) [XX](#) do Termo de Referência, anexo [XX](#) do edital de licitação n.º [xxxx/xxxx](#), que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>
do	
TR	

	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
X		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o(a) Reitoria do Instituto Federal do Piauí.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições

inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em uma via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo[A1]

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>
------	--

do								
TR								
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO LUIS OLIVEIRA DOS REIS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 12:15:03.